

## Vitória política da Chapa 1 fortalece luta em defesa da Previ



**A Chapa 1 trouxe à tona o debate sobre o que queremos para o maior fundo de pensão da América Latina: uma Previ autônoma e independente**

**A** luta da Chapa 1 – Previ para os Associados em defesa de um fundo de pensão transparente, autônomo, que se mantenha independente em qualquer governo e que respeite seu corpo social sai fortalecida das eleições para os conselhos Deliberativo e Fiscal da Previ, realizadas no mês de maio de 2004. Nas urnas, a Chapa 3 teve o maior número de votos (38.900). Mas a Chapa 1 (26.309 votos) conquistou a vitória política, pois trouxe à tona o debate em torno do que queremos para o maior fundo de pensão da América Latina e patrimônio inalienável dos funcionários do Banco do Brasil.

“Nós fizemos a opção de lançar chapa própria para manter a coerência e a independência em relação ao governo. Não poderíamos abrir mão de tudo que sempre defendemos”, disse Hamilton Garcez, um dos articuladores da

Chapa 1. Na sua avaliação, nessa disputa ficou “demarcado um campo de atuação” e também registrada a insatisfação com a condução da Previ por parte de uma parcela significativa do funcionalismo. Ele lembra que um indicador importante do quadro atual é o grande número de votos em branco e nulos.

A Chapa 1 venceu em onze estados, especialmente naqueles em que as lideranças sindicais e de entidades associativas dos funcionários do Banco do Brasil a apoiavam, o que mostra a força e a importância dos sindicatos. “Apesar de termos perdido espaço na Previ, com a cassação do diretor de Seguridade, Fernando Amaral, após a eleição, continuamos autônomos e independentes, mantendo a coerência e sem ficarmos submetidos aos interesses do governo. Essa é nossa maior vitória”, afirmou Hamilton.

### Chapa 1 agradece os 26.309 votos e garante: a luta continua, sem tréguas

#### Confira a nota da Chapa 1

*A Chapa 1 – Previ para os Associados agradece os 26.309 votos obtidos nas eleições para o Conselho Deliberativo e para Conselho Fiscal da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil. Graças ao empenho dos nossos colaboradores, superamos muitas das dificuldades materiais para enfrentar duas máquinas eleitorais poderosas, que precisaram se unir para barrar a presença dos associados nas decisões da Previ. Sofremos acusações mentirosas de querer destruir a Previ e de fraudar o resultado eleitoral, sem quaisquer provas. Tivemos nosso programa clonado pela outra chapa.*

*É preocupante que a cassação do mandato do diretor de Seguridade, Fernando Amaral, e a*

*perseguição a funcionários que apoiaram a Chapa 1 tenham sido os primeiros atos de gestão do novo Conselho Deliberativo. Inicia-se na Previ uma era de incertezas, na qual os interesses dos associados serão submetidos aos interesses do governo.*

*Cientes dessa difícil realidade, e em respeito aos votos dos nossos eleitores, manteremos o movimento Previ para os Associados atuante na cobrança das promessas de campanha e na incessante denúncia das intenções e atos danosos aos verdadeiros donos do fundo de pensão. O site [www.previparaosassociados.com.br](http://www.previparaosassociados.com.br) será mantido ativo, com informações atualizadas e espaço para comunicação entre os participantes do fundo de pensão.*

Amaral tem seu mandato de diretor de Seguridade cassado pelo Conselho Deliberativo

**Páginas 2 e 3**

Promessa de extinguir Parcela Previ tem que ser cumprida

**Página 3**

Banco do Brasil restringe comunicação entre funcionários

**Página 4**

Campanha Salarial: 25% não representa aumento real

**Página 4**

**Vamos continuar juntos nesta luta, sem tréguas. Previ para os Associados**

# Cassação de Amaral é ato a

**Foi usando o estatuto do interventor do governo FHC que os conselheiros deliberativos eleitos com apoio de Sérgio Rosa e Erik Persson cassaram Amaral**

**A** cassação do mandato de Fernando Amaral aprovada pelo Conselho Deliberativo da Previ no dia 4 de junho foi um ato antidemocrático, de cunho político, devido ao apoio deste à Chapa 1 – Previ Para os Associados – nas últimas eleições para os conselhos Deliberativo e Fiscal do fundo de pensão. “A cassação deixou clara a fragilidade dos compromissos assumidos pelos atuais membros da direção da Previ – tanto os representantes dos associados quanto da patrocinadora –, pois desrespeitou um acordo firmado entre as representações dos bancários do Banco do Brasil em 2002, por ocasião da intervenção do governo FHC no fundo de pensão”, disse Goretí Barone, diretora do Sindicato dos Bancários/ES. A destituição foi aprovada pelos votos dos representantes dos associados Valmir Camilo e José Ricardo Sasseron, eleitos neste ano pela Chapa 3, e pela omissão dos representantes da patrocinadora.

Amaral assumiu a Diretoria de Seguridade em 2002 para um mandato de quatro anos. Na eleição daquele ano, as representações dos funcionários do BB decidiram lançar chapa única num pleito realizado sob as regras do estatuto do interventor do governo FHC. O acordo era a restituição dos mandatos dos diretores cassados pelo interventor, cujos mandatos acabariam em 2004, e apoio a Amaral, que ficaria na direção da Previ até 2006. A chapa de Amaral teve 71,22%

dos votos dos participantes. Também era parte desse acordo o resgate do estatuto de 1997, devolvendo aos participantes o direito de escolher diretamente seus diretores.

Ao invés de cumprir esse acordo, os conselheiros eleitos em maio último, com anuência do Banco do Brasil e fazendo uso das prerrogativas dadas pelo estatuto do inter-

ventor, não só destituíram Amaral como mantiveram nos cargos os diretores Erik Persson e Francisco Alexandre, cujos mandatos terminariam neste ano. Francisco Alexandre sucedeu Sérgio Rosa a partir de 2003 – para um mandato tampão até este ano –, quando Sérgio assumiu a presidência da Previ indicado pelo governo Lula. Nessa ocasião, o Conselho Deliberativo passou por cima do direito de escolha dos associados e decidiu prorrogar até 2006 os mandatos de Francisco e Erik, decisão mantida agora pelo novo Conselho.

“Os presidentes da ANABB (Valmir Camilo) e da ANAPAR (José Ricardo Sasseron) propuseram e contaram com o apoio de uma diretora da ANABB (Cecília Garcez) e com a omissão de um ex-GAREF (Henrique Pizzolato) para decidir a cassação do meu mandato, que ocorreu apenas em razão de

eu, democraticamente, ter apoiado a Chapa 1 nas últimas eleições. Esse ato não só está revestido da mais mesquinha retaliação, como também do mais ordinário arbítrio, vez que não foi sequer amparado em qualquer argumento, mas no simples entendimento de que se posso destituir, destituirei”, afirmou Amaral.



## **CORREIO** BANCÁRIO

**Informativo do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo**  
Rua Wilson Freitas, 93, Centro,  
Vitória/ES - 29016-340  
Tel: (27) 3223-1477  
Colatina (3722-2647), Cachoeiro  
(3522-7975) e Linhares (3264-1329)

**Presidente:** Carlos Pereira de Araújo  
**Diretora de Imprensa:** Marilza Speroto  
**Editora:** Sueli de Freitas - MTb 537/92  
**Editoração:** Jorge Luiz - MTb 041/96  
**Impressão:** Gráfica Ita  
**E.mail:** secretariageral@bancarios-es.org.br  
**Tiragem:** 2.500 exemplares  
**Distribuição gratuita**



## **PREVI** para os Associados:

**Autônoma e Independente**



# o antidemocrático

## Diretoria da Previ tem pressa:

### Amaral perde acesso a sistema da Previ e esvazia gavetas no dia da cassação

A cassação de Fernando Amaral foi comunicada em reunião da Diretoria Executiva da Previ convocada extraordinariamente no dia 4 de junho, horas depois da decisão ter sido tomada pelo Conselho Deliberativo. Nesse mesmo dia, Amaral teve que desativar sua senha no sistema da Previ, esvaziar as gavetas, entregar celular e computador por ordem da Diretoria Executiva. “Foi uma cena lamentável, um total desrespeito jamais visto na Previ”, afirmou Paulo Pinto, que foi destituído da Gerência de Operações com Participantes (GESOP) no dia 23 de junho. Paulo Pinto exercia o cargo de técnico pleno, tendo assumido após seleção interna. Outros técnicos das diretorias de Segurança e Planejamento também estão sendo afastados dos seus cargos, numa clara retaliação política.

Por ordem da Diretoria Executiva da Previ também foram afastados Jusemar B. Sauerbonn, gerente

de Vínculo Associativo e Arrecadação (GEVAR) e Marcelo Farias, gerente de Atendimento (GERAT). Hamilton Garcez, então assessor da Diretoria de Segurança, colocou seu cargo à disposição e também está fora da Previ. Todos apoiaram a Chapa 1 nas eleições para os conselhos deliberativo e fiscal realizadas neste ano.

A Chapa 1 defendeu em sua campanha a autonomia e independência da Previ, inclusive em relação às Parcerias Público Privadas, projeto através do qual a Previ poderá investir recursos – dos associados – para a construção de obras de infra-estrutura em parceria com o governo federal.

“O objetivo da cassação é não haver voz dissonante na diretoria da Previ. Com a mudança os diretores indicados pela patrocinadora e pelos associados (ligados à Chapa 3) passam a ter uniformidade de pensamento”, diz Goretti Barone, diretora do Sindicato dos Bancários/ES.

### Ex-diretor denuncia cassação à SPC e vai à Justiça tentar concluir mandato

Para tentar concluir seu mandato na Diretoria de Segurança da Previ, Amaral está entrando com ação na Justiça e também enviou uma denúncia sobre a cassação à Secretaria de Previdência Complementar (SPC). “Como já havia feito por ocasião de outros atos de truculência, autoritarismo e ilegalidade, quando outros estavam sendo cassados e injustiçados, decidi não desistir dessa luta e resistir a essa imoralidade”, disse em um comunicado divulgado na imprensa nacional.

No comunicado Amaral se referiu à luta que unificou os funcionários do BB con-

tra a cassação dos diretores eleitos Sérgio Rosa (hoje presidente da Previ, indicado pela Patrocinadora no governo Lula) e Erik Persson (que permanece diretor da Previ) quando da intervenção no fundo de pensão no governo FHC, em 2002. Na época, além de cassar esses dois senhores, o interventor mudou o estatuto retirando do corpo social o direito de eleger diretamente membros da Diretoria Executiva. Foi usando esse estatuto do interventor que agora os conselheiros deliberativos eleitos com apoio de Sérgio Rosa e Erik Persson cassaram Amaral.

### Manobra impede apreciação de moção de repúdio durante XV Congresso

Uma manobra política não permitiu a apreciação da moção de repúdio à cassação de Fernando Amaral da Diretoria de Segurança da Previ durante o XV Congresso dos Funcionários do Banco Brasil, realizado no início de junho, em São Paulo.

A moção foi apresentada em três grupos de trabalho, que definem o que vai à plenária final. No GT Previ a moção foi rejeitada. Nos demais, a decisão foi remete-la à plenária sem votação prévia.

Na plenária final, o diretor da Previ Francisco Alexandre, que participava como observador, argumentou que a moção não poderia ser apreciada, pois havia sido rejeitada no GT Previ. O encaminhamento foi acatado pela maioria da plenária, formada por representantes da corrente majoritária do movimento sindical bancário e que também controla a Previ e está presente na direção do Banco do Brasil e no governo Lula.

### Promessa de extinguir Parcela Previ tem que ser cumprida

Os associados da Previ devem estar atentos para cobrar da direção da Previ a extinção da Parcela Previ (PP) – ou Parcela Previ Valorizada (PV). Durante a campanha eleitoral, a Chapa 1, Previ para os Associados, propôs o fim dessa parcela para resgatar o justo valor dos benefícios. Num segundo momento, a extinção passou a ser defendida também pela Chapa 3, que ganhou as eleições. Agora, no entanto, há risco de a promessa não ser cumprida.

Há informações de que a diretoria da Previ solicitou levantamentos com o objetivo de rever a Parcela Previ. Nos bastidores, fala-se em redução do valor para R\$ 1.500,00. Ou seja, a extinção, para a Chapa 3, era apenas promessa de campanha. A redução do valor não resolve definitivamente o problema, pois a situação voltará a ser a mesma daqui a alguns anos. E enquanto os associados são obrigados a ter parte dos seus proventos retidos nos cofres da Previ, a patrocinadora vai contabilizando superávits e lançando mão desses recursos.

A Parcela Previ foi criada com o acordo de 1997 e incluída no estatuto/regulamento daquele ano, quando o plano deixou de ser complementar ao benefício do INSS e passou a ser chamado suplementar. Até então, a Previ fazia os cálculos do benefício a que o bancário tinha direito segundo o regulamento, subtraía o valor pago pelo INSS e complementava o restante. Quando do reajuste, a Previ reajustava o benefício integral. Se o INSS reajustasse a sua parte com o mesmo índice, a Previ nada sofria. Se reajustasse a menor, a Previ cobria a diferença. E se o reajuste fosse superior, o fundo de pensão ganhava a diferença.

A criação da Parcela Previ aconteceu num momento em que o governo acenava com a redução do benefício do INSS. Isso acabou não acontecendo, mas a Previ já havia criado a PP e a manteve. Quando da sua instituição, a PP tinha o mesmo valor do benefício do INSS. A partir de 1998, entretanto, começou a ser corrigida sempre acima da correção aplicada aos benefícios do INSS. Hoje o cálculo dos proventos é feito da seguinte forma: valor do benefício segundo o regulamento, menos a PP (R\$ 2.058,00) mais o valor pago pelo INSS.

A Previ fica com a diferença entre o valor da Parcela Previ de R\$ 2.058,00 e o valor pago pelo INSS, hoje R\$ 860,00. Isso gera milhões e milhões de reais ao longo dos anos. Esse dinheiro fica no plano para gerar superávits que depois terminam apropriados pelo banco.

# Banco do Brasil e Chapa 3 simularam fraude

**N**a tentativa de tirar votos da Chapa 1 e de criar fatos que justificassem a suspeição do processo eleitoral na Previ em caso de derrota, a Chapa 3, com apoio do Banco do Brasil, denunciou uma suposta fraude na utilização do SISBB para divulgação de material da Chapa 1.

À Diretoria de Marketing e Comunicação do BB, que tem a sua frente Henrique Pizzolato, presidente do Conselho Deliberativo da Previ e apoiador da Chapa 3, coube o papel de dar um caráter formal à denúncia. A nota da Diretoria de Marketing colocou em dúvida a segurança dos sistemas do banco. E a

divulgação dessa fraude simulada na imprensa foi feita sem nenhuma preocupação com a imagem da instituição junto aos clientes e também da Previ, maior fundo de pensão da América Latina, para o qual as atenções estão sempre voltadas. Também não foi preocupação da Chapa 3 e do Banco do Brasil lançar suspeitas sobre o profissionalismo do corpo de funcionários da Tecnologia do banco.

Ao contrário do divulgado, não houve descumprimento do acordo estabelecido entre a Comissão Eleitoral, o BB e as chapas para o uso dos veículos de comunicação interna do banco. Isso porque o material

da Chapa 1 foi distribuído no espaço "Nota Pessoal", destinado à livre comunicação interna entre os funcionários, e não no espaço institucional do banco. Também não foi utilizado nenhum programa "robô" ou qualquer ferramenta automática para obtenção de dados disponíveis no SISBB. A Chapa 1, contando com os conhecimentos de seus membros e apoiadores, utilizou um recurso do Microsoft Office – Access que permite, através de uma simples programação, copiar e colar textos para expedição de qualquer mensagem mais rapidamente, sem utilizar dados disponíveis nos sistemas do Banco, o que é totalmente legal.

## Monopólio da comunicação: BB restringe contato entre funcionários

Numa atitude que lembra épocas de autoritarismo e de cerceamento do direito à informação, o Banco do Brasil alterou o sistema de comunicação entre os funcionários, de forma a restringir o envio de mensagens através das Notas Pessoais.

Logo após as eleições para os conselhos Deliberativo e Fiscal da Previ, foram anunciadas mudanças no SISBB, que atingiram apenas o espaço de comunicação interna. Até então, era possível passar mensagens para 50 grupos de 30 pessoas, totalizan-

do 1500 de cada vez. Após a alteração são 10 grupos de 10 pessoas, o que reduz o número de mensagens enviadas de uma só vez para 100.

A mudança feita no SISBB como forma de reduzir o efeito multiplicador das mensagens é mais uma prova de que não houve fraude no processo eleitoral da Previ como propagou a Chapa 3 contra a Chapa 1. Era possível sim utilizar as



notas pessoais para distribuição de informações, pois o sistema permitia, de forma legal e transparente.

## Campanha Salarial: 25% não representa aumento real

O reajuste salarial de 25% reivindicado na Campanha Salarial Unificada 2004 não representa ganho real para a categoria bancária como vêm divulgando a Executiva Nacional dos Bancários e a Comissão de Empresa do Banco do Brasil. O índice é composto por 3,99% de produtividade, 12,99% de perdas salariais de setembro de 1994 a agosto do ano passado (nos bancos privados) e 6,22% de setembro do ano passado até agosto próximo, segundo projeção do Dieese. Apenas os 3,99% de produtividade poderiam ser considerados ganho real nos bancos privados. Nos bancos públicos a situação é diferente e ainda pior. Segundo cálculos do Dieese, as perdas salariais no Banco do Brasil a partir de setembro de 1994 até agosto do ano passado somam 62,16%. Considerando a inflação do último ano mais a produtividade de 3,99% o índice de reajuste necessário é de 79,12%.

O reajuste de 25% foi aprovado na VI Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo



Financeiro, realizada em junho, em São Paulo. Em agosto acontece um encontro aberto dos bancários. Caso até a data do evento, ainda a confirmar, não tenha avanço nas negociações da Convenção Coletiva, os bancários vão deflagrar greve.

No XV Congresso dos Funcionários do Banco Brasil, também realizado no início de junho, foi reafirmado o índice unificado e aprovada a recomposição do poder aquisitivo dos salários. "Na prática, essa proposição tem que significar reposição de perdas salariais. Não podemos jogar no lixo o que perdemos no governo FHC", disse a diretora do Sindicato dos Bancários Goretti Barone. Ela lembra que a unificação da Campanha Salarial da categoria é importante para fortalecer a luta dos bancários, respeitadas as especificidades de cada segmento.

O XV Congresso contou com a presença de aproximadamente 250 pessoas, entre bancários e bancárias. Além da Campanha Unificada, foram aprovados os seguintes eixos de luta: reposição das perdas salariais, revisão do PCS/PCC; isonomia de tratamento entre novos e antigos; melhores condições de trabalho (cumprimento da jornada; revisão da dotação das agências; contratação de novos funcionários); fim do assédio moral; fim da Parcela Previ e revisão do benefício mínimo.